

## A participação política feminina sob a ótica dos dirigentes partidários

Danyelle Niilin Gonçalves<sup>1</sup>

### Resumo

O artigo tem por objetivo analisar a percepção de dirigentes partidários e de mulheres filiadas a partidos políticos no Ceará, (especificamente em Fortaleza) sobre a participação política feminina no interior das agremiações e sobre os obstáculos extra e intra-partidários que podem influenciar na seleção de candidaturas e, conseqüentemente, na baixa representatividade das mulheres nos cargos proporcionais e majoritários. Parte-se do entendimento que o partido político é importante na conformação de lideranças e fundamental no processo de seleção de candidatos. A investigação se deu em dois momentos: no primeiro, centrou-se nos discursos dos dirigentes partidários (em sua quase totalidade, homens). Assim, percebeu-se a necessidade de obter as falas das mulheres para entender como essas relações são construídas no interior das agremiações partidárias. Há percepções distintas (entre dirigentes partidários e filiadas) sobre as dificuldades da participação política partidária feminina e sobre a sub-representação de mulheres nos cargos majoritários e proporcionais. Para isso, a investigação pretendeu se centrar primeiramente nos discursos de coordenadoras de segmentos específicos de mulheres existentes nas agremiações e nos de dirigentes homens, obtidos através de questionários e entrevistas.

### Introdução

Em 2009 foi realizada uma pesquisa de abrangência nacional pelo Instituto Patrícia Galvão e IBOPE sobre Mulher e Política. A pesquisa contou com 2000 brasileiros de ambos os sexos que, ao serem indagados se votariam em mulheres, 94% responderam afirmativamente e 59% declararam que votariam em mulheres para ocupar qualquer cargo. Houve ainda certa concordância nos entrevistados de que a presença das mulheres melhora a política e os espaços de poder e de tomada de decisão.

Contudo, levando-se em conta que as mulheres são maioria da população e maioria do eleitorado (51,7%, segundo o Tribunal Superior Eleitoral), percebe-se que há

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará. Integrante do Laboratório de Estudos de Política e Cultura- Lepec. Email: danynilin@yahoo.com.br

uma baixa representação feminina na elite política do país. Na Câmara Federal, elas somam apenas 9% do número de parlamentares, fato que coloca o Brasil no 142º lugar de um total de 188 países (UIP, 2008). Em relação ao Ceará, segundo dados oficiais do TSE, a representação das mulheres está assim dividida: na Câmara Federal há apenas uma parlamentar de um total de 22 deputados federais, o que significa apenas 4,5%, isto é, metade do índice brasileiro. No caso da Assembléia Legislativa, esse número dobrou em relação ao último mandato: são 6 mulheres de um total de 47 deputados estaduais, o que totaliza . Em se tratando de Fortaleza, a Câmara Municipal é composta de 4 mulheres de um total de 41 vereadores, isto é, 9,7% da representação.

Chama a atenção, no entanto, que dos 28 partidos que atua no Estado, apenas um é dirigido por mulheres: o PT que tem como dirigente estadual a prefeita da cidade de Fortaleza, Luizianne Lins.

Drude Dahlerup (1998) considera que um grupo, para ser capaz de exercer influência nas decisões do organismo a que pertence (fazendo alianças e saindo do isolamento) necessita de uma representação entre 15% e 40%. Percebe-se que as mulheres brasileiras estão, em geral, sobre-representadas e que, assim sendo, tem muito mais dificuldade em serem ouvidas em suas demandas.

Muito se tem discutido sobre a baixa representatividade que as mulheres têm no mundo da política. Esses debates se dão nos movimentos feministas, mas também atingem a academia que, cada vez mais se ocupa de entender os processos de participação das mulheres na sociedade e em especial, nas instâncias formais de decisão, sobretudo nas últimas décadas quando as leis de cotas e mudanças de legislação eleitoral evidenciaram as disparidades existentes entre homens e mulheres nesses espaços (ALTMANN & BARRETO, 2010; ALVES, 2009; ARAÚJO, 2001; 2004; AVELAR, 2002a; 2002b; BARREIRA, 2008; BORBA; FARIA& GODINHO, 1998; PERISSINOTO & BOLOGNESI, 2008; VOGEL, 2005). Para alguns desses estudiosos, esse fato contrasta com o protagonismo que as mulheres vêm atingindo em diversas áreas.

Que fatores constroem a presença das mulheres na elite política? Para além das disputas eleitorais, faz-se então necessário compreender como as mulheres se posicionam dentro de uma estrutura partidária e que mecanismos os partidos vêm criando para inibir ou acelerar a participação das mulheres.

Entender a movimentação no interior das agremiações torna-se revelador dos mecanismos de inserção das mulheres no mundo da política de forma institucional e os entraves que reforçam a baixa representatividade das mulheres nas casas legislativas, a despeito das mudanças eleitorais realizadas nas últimas décadas e da adoção da lei de cotas.

Num primeiro momento, a pesquisa focou na percepção dos dirigentes partidários cearenses sobre essa participação das mulheres no interior das agremiações, dando enfoque especial aos momentos eleitorais. A pesquisa envolveu entrevistas e enquetes com representantes de 12 partidos no Ceará: PSDB, PMDB, PT, PSB, PPS, PTB, PP, DEM, PDT, PR, PSOL e PC do B.

Todavia, como a presença de mulheres é rara nas cúpulas partidárias, a pesquisa captou quase em sua inteireza as percepções de homens sobre essa questão, porquanto dentre os 12 entrevistados, apenas uma era mulher. Esse dado trouxe à tona a necessidade de se entender a percepção feminina sobre a participação das mulheres nos partidos e nos momentos de seleção de candidaturas eleitorais a fim de entender como homens e mulheres constroem representações sobre a participação das mulheres no interior dos partidos e nas esferas de poder.

Assim, a investigação buscou direcionar o olhar para as mulheres que compõem esses partidos, a fim de captar como essa participação feminina é percebida pelas mulheres organizadas nesses segmentos, a fim de compreender quais representações as mulheres constroem sobre a política, o jogo eleitoral, o poder e a vida partidária. Foram realizadas entrevistas com 5 coordenadoras dos segmentos de mulheres dos partidos: PT, PC do B, PSB, PSOL e PSDB.

### **Analisando a baixa representação feminina**

Percebe-se um aumento significativo nas últimas décadas da discussão sobre a participação feminina nos espaços formais de poder. Muitas análises são feitas para explicar as razões da baixa participação feminina na esfera política. Todavia, em poucos trabalhos se encontram as falas das próprias mulheres sobre essas razões. Algumas dessas reflexões evidenciam os aspectos sócio-culturais e estruturais; em outras, a explicação se faz pela análise dos sistemas eleitorais ou das decisões partidárias.

Miguel e Birolli (2010), em estudo recente, organizaram três conjuntos de abordagens que dão conta dessa explicação. A primeira vertente destaca o caráter patriarcal subjacente às instituições políticas liberais. A inclusão, nessa vertente, apresenta problemas complexos porque sem o enfrentamento de alguns dos principais pilares da ordem liberal, ela não seria capaz de enfrentar as hierarquias que estão implicadas nas diferenças de gênero.

A segunda vertente considera os padrões culturais e de socialização que constroem o político como espaço masculino e tolhem o surgimento da ambição política entre as mulheres. A terceira vertente realça os constrangimentos estruturais à participação política das mulheres, que possuem, em geral, menos acesso aos recursos econômicos e menos tempo livre do que os homens. Os autores consideram que nesse caso, as análises expõem uma conexão proeminente entre as funções desempenhadas por homens e mulheres na esfera privada e na esfera pública, com impacto sobre suas trajetórias profissionais e, mais especificamente, sobre a construção das carreiras políticas.

Lucia Avelar (2001) faz um apanhado sobre as razões para a baixa participação das mulheres na elite política, a saber: as mulheres teriam uma socialização diferente que as estimularia muito mais aos espaços privados; os ciclos de vida da mulher (casar, ter filhos) demandam energia e tempo que dificultariam a entrada ou permanência na vida político-partidária; as estruturas familiares tradicionais também seriam obstáculos a essa entrada; o acesso diferenciado aos recursos econômicos e sociais seria importantes entraves, assim como os regimes políticos e estruturas baseadas na tradição e no fundamentalismo religioso.

Como se percebe, há uma gama variada de elementos que constroem a presença das mulheres na elite política. Alguns estudos analisam esses fatores, levando em conta os sistemas eleitorais e em outros casos, as reflexões tomam como base o momento de seleção de candidaturas para entender como essas escolhas são realizadas e as possibilidades de êxito eleitoral das mulheres.

Araújo (2006) afirma que, na análise dos processos eleitorais interagem e influenciam vários aspectos vinculados ao sistema eleitoral, à própria conjuntura política, aos contextos culturais e socioeconômicos, entre outros. Assim, tendo como base os sistemas eleitorais, Norris (2003) Apud Araújo (2006) assegura que as mulheres

têm duas vezes mais chances de serem eleitas nos sistemas proporcionais do que nos majoritários.

Quando o foco das reflexões é o momento da seleção de candidaturas, o partido aparece como o indutor pela participação (ou não) de mulheres nos pleitos eleitorais e consequentemente é responsável pela baixa representação de mulheres nos cargos eletivos.

Araújo (2006) avalia que no caso de sistemas majoritários, de forma mais intensa, os partidos tendem a selecionar candidatos que maximizem as chances e minimizem os riscos eleitorais.

Assim, as escolhas preferenciais dos partidos se darão dentro de uma lógica pragmática com base na análise dos candidatos considerados “bons de voto” e também daqueles considerados “ruins de voto”.

Como assegura Ranney (1981, p.75), a seleção de candidaturas se revela como um processo predominantemente extralegal no qual os partidos políticos decidem quais as pessoas serão legalmente elegíveis para poderem concorrer a um cargo público em uma eleição.

Ainda que elementos anteriores à entrada nos partidos tenham que ser levados em consideração na análise sobre as chances de sucesso ou fracasso de mulheres quando se lançam na corrida eleitoral, é fato que os partidos políticos têm responsabilidade nesses resultados, seja quando suas direções escolhem candidatos em detrimento de outros ou quando investimentos e recursos são distribuídos desigualmente.

Alves (s/d), ao investigar a participação das mulheres nas campanhas municipais reflete sobre os motivos pela pequena representatividade das mulheres nas urnas. Comumente se afirma que esse fato seria explicado por um eventual machismo do eleitorado e a existência de uma rejeição popular às administradoras do sexo feminino. Contudo, ao analisar os dados referentes às eleições de 2004, Alves afirma que os dados não referendam essa tese, já que o eleitorado brasileiro não discrimina as mulheres, pois onde existe disputa feminina existe alto grau de sucesso nas prefeituras. O problema da baixa presença das mulheres nos executivos municipais se daria não na disputa do voto nas ruas, mas nas “salas fechadas das convenções partidárias que optam pela tradição da indicação preferencialmente de homens para as prefeituras”.

Todavia, para alguns autores, essa baixa participação das mulheres ocorre ainda fora dos partidos políticos, como afirmam Perissinotto & Bolognesi (2008) que,

tomando como base as eleições de 2006 para os cargos de deputado federal e estadual no estado do Paraná, observam que tanto o reduzido número de mulheres como dos que possuem pouco capital escolar se repete tanto no universo dos candidatos quanto dos eleitos. A condição de possuir experiência política prévia e ser um político profissional seriam os elementos de elevação das chances de um candidato obter êxito nas eleições, independente do sexo.

Os partidos têm um peso também no processo de formação de lideranças que, anteriores ao processo eleitoral, podem influenciar na capacidade de elegibilidade das mulheres, inclusive porque o poder de decisão geralmente é exercido pelos homens. Uma pesquisa realizada por Avelar (2007) revela a participação das mulheres nas cúpulas dos partidos brasileiros, confirmando que ainda que haja uma participação expressiva de mulheres no conjunto de filiados, quando se trata da ocupação dos principais cargos na estrutura partidária, essa participação diminui consideravelmente.

Dessa forma, confirma-se a necessidade de voltar-se para os dirigentes partidários e para as mulheres (que na grande maioria das vezes não ocupam cargos de direção partidária), a fim de verificar quais suas percepções sobre esse fenômeno da baixa representatividade de mulheres, tanto nesses espaços como nos pleitos eleitorais e conseqüentemente nos espaços formais de poder.

### **As mulheres nos partidos, segundo a ótica dos dirigentes partidários**

Geralmente as mulheres não chegam aos partidos de forma espontânea. Segundo os dirigentes, esse primeiro contato com a instância partidária decorre de convites de membros ou lideranças, de alguma atividade política destinadas a elas. Nesses casos, em geral, o setor responsável por essa organização é o segmento específico para mulheres. Todavia, não há ações sistemáticas, mas sim movimentos ocasionais para atrair mulheres para dentro da legenda, sendo palestras e seminários esporádicos ou eventos em datas comemorativas os momentos preferidos para tais objetivos. A partir dessas atividades se estabelece a identificação que pode se consubstanciar em uma filiação e posterior participação na vida partidária.

Há certo entendimento de que a militância feminina cresceu e melhorou na última década, mas segundo os dirigentes, não necessariamente há um interesse em participar ativamente da vida partidária ou em ambicionar espaços formais de

representação. Em se tratando desse momento, há um discurso recorrente de que as mulheres não se interessam em apresentarem-se como postulantes a algum cargo.

Sob o impacto da lei eleitoral vigente em 2010, vários dirigentes partidários ressaltaram as dificuldades encontradas para compor as listas de candidaturas. Os dirigentes alegam que os partidos incentivam, mas que as mulheres ainda não perceberam seu papel e importância política.

“Eu acho a mulher mais desinteressada na política. Mas, quando a mulher se interessa pela política ela é até mais interessada que o homem, mas no geral, na minha ótica, a maioria das mulheres são desinteressadas da política”. (Dirigente PP)

Eu diria que não existem obstáculos partidários. Não existe. Aliás, a gente faz é estimular, a gente quer que ela venha. Que ela esteja presente e participe... Extra partidário pode ser muito mais dessa formação sociológica que nós nos referimos agora, há pouco tempo. É porque a mulher sempre viu seu papel diferente desse que nós queremos que ela assuma agora. (Dirigente PMDB)

Eu acho que hoje o problema que nós estamos vivendo, não é que a mulher seja mais fraca ou mais forte. Eu volto ao que eu lhe falei hoje ainda a pouco. Hoje eu não considero mais mulher minoria, considero como maioria. E hoje ela é dona de seus passos. Antigamente você falava por que a mulher ganha menos que o homem, hoje você vai encontrar muita mulher que ganha muito mais que o homem e não são poucas. São pessoas que estão se destacando nas suas atividades profissionais, de comércio, de indústria e profissional liberal. São pessoas que são vencedoras e estão aí contando a história. Agora eu acho que na vida política, o que falta em alguns casos é a participação, é o interesse. Por que aquilo que eu lhe falei, hoje a mulher ela não é mais aquela coisa atrelada. Ela hoje é independente. Então ela não precisa de um homem pra dizer o que ela quer brigar pelo interesse. (Dirigente PR)

A percepção geral dos dirigentes partidários foi a de que ainda que haja participação relativa na vida partidária e no cotidiano das atividades, quando se trata do período eleitoral, a constatação é de que há uma recusa das mulheres em competir eleitoralmente. Os dados oficiais e as falas dos entrevistados confirmam a informação de que ainda hoje poucas mulheres se apresentam como postulantes aos cargos legislativos, a despeito da lei de cotas, implantada no Brasil ainda na década de 90. Contudo, as razões para essa pouca participação, para a recusa e as dificuldades de êxito eleitoral ainda não estão suficientemente claras.

Nos discursos daqueles que ocupam os principais cargos na estrutura partidária cearense, os obstáculos que interferem na participação formal das mulheres na política são mais os de ordem extra-partidária, quase não existindo fatores intra-partidários que obstaculizem ou impeçam a participação política feminina em sua plenitude. A “família”, a “carga de trabalho excessiva”, uma “visão machista e preconceituosa da sociedade” (não dos partidos) com relação aos lugares que as mulheres podem ocupar, o “desencanto com a política”, as “dificuldades financeiras” de concorrer em uma eleição são as razões apontadas por eles para o fato das mulheres não aceitarem participar do jogo político.

Quando questionados sobre as dificuldades de eleição das mulheres para cargos legislativos, os dirigentes partidários atribuem quase sempre a outros fatores que não os partidos as razões do insucesso de mulheres. Alguns atribuem às próprias mulheres essas dificuldades, seja pela “inexperiência”, “timidez”, pela “condição de inferioridade” e a “auto-estima baixa” ou por fatores sociais, como o “preconceito”, “machismo” e a “vida familiar incompatível com a vida pública”. Alguns poucos atribuem essas dificuldades aos partidos que se mostram “incapazes de acompanhar essas mulheres” e “dar a assistência necessária”.

As dificuldades, segundo essa concepção, não estariam geralmente nos partidos políticos e sim fora deles. Os obstáculos para que as mulheres aceitem se candidatar também passam, segundo a ótica dos dirigentes, pela dinâmica eleitoral que inviabiliza candidaturas que não são conhecidas, já que a lógica das campanhas revela-se bastante pragmática, sendo os recursos mais direcionados àqueles que efetivamente têm mais chance de sucesso eleitoral.

Não há por parte dos dirigentes, uma análise que leve em conta o papel que eles mesmos enquanto representantes de uma instituição possam ter para estimular a participação política de mulheres. Quando se indaga, porém, sobre ações que incentivem ou estimulem as mulheres a compor as cúpulas partidárias, percebe-se que os partidos em geral não têm atuações concretas. Apenas três partidos consideram possuir ações afirmativas para a composição da chapa de dirigentes, isto é, já se utilizam de uma política de cotas obrigatória para o assento nas executivas. Tais partidos se apresentam com orientação de esquerda.



Pela pesquisa realizada, percebeu-se que a executiva do partido constitui o setor mais decisivo no momento da composição da lista de candidaturas. Sendo assim, chama a atenção o fato de que as mulheres não estão em número suficiente nas executivas dos partidos, e, portanto, as principais decisões quanto à seleção de candidaturas, distribuição de recursos financeiros, tempo destinado no horário eleitoral gratuito e apoio logístico às campanhas não são tomadas por elas. Isto é, são os homens quem acabam definindo muitas diretrizes que ajudarão a definir eleitos ou não.

### **As mulheres nos partidos, segundo a ótica feminina**

Diferentemente da visão dos dirigentes, que em geral culpabilizam as mulheres e os fatores externos pela escassa representação, as coordenadoras dos segmentos femininos partilham outra visão atribuindo parte da responsabilidade aos próprios partidos e dirigentes partidários.

É quase consensual que a participação numérica das mulheres existe, mas que não necessariamente isso se reverte em poder de barganha.

Elas são muitas porque as mulheres são maioria mesmo hoje. Independente disso não quer dizer que elas mandem alguma coisa, ou que definam. Mas elas têm uma frequência muito grande. (coordenadora do segmento de mulheres do PT)

Para uma das coordenadoras, o nível dessa participação é questionável e diz respeito ao lugar que o partido oferece a essas mulheres.

Ela não é melhor, porque ela não é devidamente valorizada. As mulheres são chamadas para carregar bandeiras e não para falarem, para ter voz. Carregar bandeira literalmente. Então elas não são prestigiadas pelos partidos. (coordenadora do segmento de mulheres do PSB)

Há certa compreensão de que os partidos sabem que a participação das mulheres é importante, mas que não fazem o que é necessário para estimulá-la.

O partido não vai fazer nada. Somos nós que temos que fazer, nós da Secretaria de Mulheres que temos que reverter esse quadro. Porque eles não têm interesse. No discurso eles têm uma sensibilidade que não existe na prática. (coordenadora do segmento de mulheres do PSB).

Sobre o momento eleitoral e a decisão de se candidatar, as coordenadoras apresentam as dificuldades encontradas pelas mulheres:

Eu acho que esse item aqui tem a ver com as direções. Mas eu acho que é muito mais pela concepção machista mesmo, entendeu!? Então a dificuldade das direções, não se trata de a pessoa ter ou ter dinheiro, é a concepção de achar que a mulher não é capaz de executar aquela tarefa. Portanto é o chamado machismo, é a sociedade que a gente vive. coordenadora do segmento de mulheres do PT)

No caso acima, o discurso da coordenadora, embora atribuindo responsabilidade à direção do partido, entende que suas ações têm relação com o machismo que impera sobre a sociedade e que os dirigentes apenas o reproduzem. Opinião bastante distinta tem a coordenadora do PSB.

As mulheres não vão se candidatar para saberem que não vão ser eleitas. As pessoas não querem fazer isso. Eu me incomodo com isso... As que chegam se apresentando como candidatas, normalmente são pessoas muito ingênuas, muito inocentes. Quem tem uma liderança no quarteirão pensa que vai ser eleita a senador da república e todo mundo já se sente eleita quando se candidata, mas são pessoas muito ingênuas. Para uma campanha eleitoral você tem que ir a rigor, você teria que ser indicada pela cúpula senão não vai garantir a sustentabilidade da campanha. (coordenadora do segmento de mulheres do PSB)

### **Considerações finais**

Entrar pra ganhar uma eleição é um empreendimento que não se faz ao acaso, necessitando para isso do uso de diferentes capitais. E são esses capitais que as mulheres ainda não têm acesso.

Quem decide a política são os homens. Quem decide o destino de um partido ainda são os homens. E o que as mulheres fazem nesse partido??? Quer dizer, nós não temos ainda mulheres na política. A gente tem 'as maridas', as filhas, as irmãs. E aqui e acolá uma louca que resolve romper o cerco. Mas assim, nós estamos ainda brigando pela sobrevivência, coisa que a humanidade já superou, mas as mulheres ainda não... (coordenadora do segmento de mulheres do PSB)

Embora com opiniões divergentes sobre as causas da pouca representação e das dificuldades de participação no interior das agremiações partidárias, tanto mulheres e

homens concordam que a lógica do jogo eleitoral é bastante acirrada. No entanto, as mulheres têm uma visão mais crítica desse processo.

O jogo é muito masculino. O jogo é muito duro. Chega a ser inescrupuloso. O balcão de votos é muito duro, muito masculino. Muito objetivo, muito pragmático demais (coordenadora do segmento de mulheres do PSB)

## **Bibliografia**

ALTMANN, Cristina; BARRETO, Álvaro Augusto de Borba. Seleção e perfil de candidatos a vereador em Pelotas (rs) nas eleições de 2008: esboço de uma análise. XI Disponível em [http://www.ufpel.tche.br/cic/2009/cd/pdf/CH/CH\\_00693.pdf](http://www.ufpel.tche.br/cic/2009/cd/pdf/CH/CH_00693.pdf). Acesso em março de 2010.

ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e degraus de acesso aos cargos parlamentares. Dados, vol.51, n.4, Rio de Janeiro, 2008.

ALVES, José Eustáquio Diniz. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. Disponível em [http://www.prt18.mpt.gov.br/eventos/2007/mulher/anais/artigos/jose\\_eustaquio.pdf](http://www.prt18.mpt.gov.br/eventos/2007/mulher/anais/artigos/jose_eustaquio.pdf). Acesso em novembro de 2009.

ARAÚJO, Clara. Construindo novas estratégias, buscando novos espaços político-mulheres e as demandas por presença. In: MURARO, R. M. et al. Mulher, gênero e sociedade. Rio de Janeiro: Relume Dumará, FAPERJ, 2001.

\_\_\_\_\_. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. Revista de Sociologia e Política, jun, 2004, p. 193-215.

\_\_\_\_\_. Porque as mulheres ainda concorrem pouco no Brasil? Disponível em [www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/.../Por\\_que\\_as\\_mulheres\\_ainda\\_concorrem\\_pouco\\_no\\_Brasil.pdf](http://www.maismulheresnopoderbrasil.com.br/.../Por_que_as_mulheres_ainda_concorrem_pouco_no_Brasil.pdf). Acesso em julho de 2010.

\_\_\_\_\_. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. Rev. Estudos Feministas. Florianópolis, v. 9, n. 1, 2001. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2001000100014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000100014&lng=en&nrm=iso). Acesso em 31 Jan. 2011. doi: 10.1590/S0104-026X2001000100014.

ARCHENTI, Nélica; TULA, María Inés (editoras). *Mujeres y política en America Latina- sistemas electorales y cuotas de género*. Buenos Aires: Heliasta, 2008.

AVELAR, Lucia. *Dos movimentos aos partidos: a sociedade organizada e a política formal*. *Revista Política & Sociedade*. n.11, outubro de 2007, pp.101-116.

\_\_\_\_\_. *Mulher e política: o mito da igualdade*. *Revista Social Democracia Brasileira*, março 2002, p. 40-54.

\_\_\_\_\_. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Konrad Adenauer; UNESP, 2002.

BARREIRA, Irllys. *Imagens ritualizadas- apresentação de mulheres em cenários eleitorais*. Fortaleza/CE:UFC/FUNCAP/CNPq- Pronex; Campinas/SP:Pontes, 2008.

\_\_\_\_\_. *Chuva de papéis- ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998. Coleção Antropologia da Política.

\_\_\_\_\_. *A representação como espelho*. Disponível em [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_26/rbcs26\\_10.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_26/rbcs26_10.htm). Acesso em outubro de 2009.

\_\_\_\_\_. *Ideologia e Gênero na Política: estratégias de identificação em torno de uma experiência*. *Dados- Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.36, nº 3, 1993, pp.441-468.

BORBA, Angela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (orgs.). *Mulher e Política- gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

BARBA, Jaime Durán; NIETO, Santiago. *El mundo de los nuevos electores In Mujer, sexualidad, internet y política- los nuevos electores latinoamericanos*. México: Fundo de Cultura Económica, 2006.

BOSELLI, Giane. *O desafio da política de cotas na conquista da igualdade*. 2008. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/biblioteca/textos-e-manifestos/ReformaPolitica-artigo.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2008.

PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. Trad. São Paulo: Unesp, 1998,

COSTA, Thiago Cortez; BELTRÃO, Kaizô Iwakami. *Cotas e Mulher na Política- Avaliando o impacto de variáveis institucionais e socioeconômicas sobre a elegibilidade feminina*. Disponível em [http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008\\_991.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_991.pdf). Acesso em dezembro de 2010.

- LOBO, Elisabeth Souza. O gênero da representação: Movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 17, out. 1991.
- MIGUEL, Luís Felipe. Política de interesses, política do desvelo: representação e "singularidade feminina". *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 9, n. 1, 2001. Available from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2001000100015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000100015&lng=en&nrm=iso). access on 31 Jan. 2011. doi: 10.1590/S0104-026X2001000100015.
- MEDERO, Gema Sanchez. Los sistemas de cuota y sus efectos en los parlamentos y en los partidos políticos. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 18, n. 3, setembro-dezembro/2010, pp. 703-724.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 18, n.3, setembro-dezembro/2010, pp. 653-679.
- MONTENEGRO, Aberlado. *Os Partidos Políticos do Ceará*. Fortaleza: Edições UFC, 1980.
- PHILLIPS, Anne. *Género y teoría democrática*. México: Instituto de investigaciones sociales, 1996.
- PERISSINOTTO, Renato Monseff; BOLOGNESI, Bruno. O recrutamento político no PT e no PFL paranaenses nas eleições de 2006: sugestões de pesquisa. *Mediações*. v. 14, n.1, p. 143-169, Jan/Jun. 2009.
- RANGEL, Patrícia Duarte. Sex and the city: reflexões sobre a representação parlamentar feminina e as eleições municipais de 2008. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 69-78, jan./jun. 2009.
- RANNEY, A. Candidate Selection In: BUTLER, D.; PENNIMAN, H. and RANNEY, A. (eds). *Democracy at the Polls: a comparative study of competitive national elections*. Washington DC: American Enterprise Institute of Public Research, 1981.
- SOARES, Vera. O feminismo e o machismo na percepção de mulheres brasileiras In VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely (orgs). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- TABAK, Fanny. *Mulheres públicas: participação política e poder*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

VIEGAS, José Manuel Leite; FARIA, Sérgio. As mulheres na política. Oeiras: Celta Editora, 2001.

VOGEL, Luiz Henrique. Sistemas eleitorais, cotas e representação feminina. Brasília: Câmara dos Deputados, 2005. Disponível em [http://www.articulacaodemulheres.org.br/amb/adm/uploads/anexos/Sistema\\_eleitoral\\_e\\_representacao\\_feminina.pdf](http://www.articulacaodemulheres.org.br/amb/adm/uploads/anexos/Sistema_eleitoral_e_representacao_feminina.pdf). Acesso em março de 2010.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. Lua Nova, São Paulo, 67:139-190, 2006.